



OPÇÃO OU ORIENTAÇÃO SEXUAL: ONDE RESIDE A HOMOSSEXUALIDADE?

Isaias Batista de Oliveira Júnior¹

Eliane Rose Maio²

Resumo: Manifestações da sexualidade sempre foram alvos de cuidado e vigilância constante, principalmente quando descumpriam o mandato social a ela imposta. Nesse sentido a homossexualidade foi constituída como sendo anormal, desviante, inadequada e que, portanto deveria ser passível de punições e correções respaldado em um arsenal de teorias biologizante, psicologizante e socializantes. Amparados pelas teorias dos Estudos Culturais, propomos avaliar como a busca por respostas, soluções para a homossexualidade constituíram a matriz heteronormativa e reproduziram as diferenças. O que podemos observar é que nesse processo o emprego de termos como respostas, ou como símbolos de lutas têm sido estratégias constantemente utilizadas. A manifestação da homossexualidade defendida pelo emprego do termo orientação sexual ganhou incontáveis adeptos ao longo de sua estruturação histórica e a consequente rejeição ao uso de sinônimo como opções, preferências, escolhas, predileções, eleições tem encontrado fortes rejeições por estudiosos/os e defensores do Movimento LGBTQIA. Porém, deve-se admitir que diante do violento trabalho de colonização da sociedade para que todos sejam heterossexuais, a pessoa LGBTQIA afirmar que sua orientação sexual é uma tomada de posição, uma escolha, uma opção identitária, políticas ou simplesmente desejo é a mais perfeita manifestação do direito a livre escolha e cumprimento a finalidade política a que se destina.

Palavras Chave: Identidades; Diferenças; Homossexualidade; Orientação Sexual, Opção Sexual.

A enculturação da identidade homossexual

O processo de construção da(s) identidade(s) ocorre de uma maneira histórica, cultural e social e as diferenças por ele produzidas são as características centrais pelas quais a identidade é fixada. “Há, entretanto uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam estreita relação” (SILVA, 2007, p. 81).

Parece ser simples definir “identidade”, ela é autocontida e autossuficiente, simplesmente aquilo que somos e “em oposição à identidade,

¹ Mestrando em Educação - Universidade Estadual de Maringá – E-mail: jr_oliveira1979@hotmail.com

² Doutora e Pós Doutora em Educação - Universidade Estadual de Maringá – E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br



a diferença é aquilo que o outro é” (SILVA, 2007, p. 74). Exposto desta forma fica evidente que as identidade(s) e diferença(s) encontram-se em estreita relação de interdependência visto a condição afirmativa que expressamos a identidade. Porém tal positividade tende a esconder essa relação.

Para a demarcação de uma identidade socialmente aceita sempre existirão operações de inclusão e exclusão, assim afirmar “o que somos” ou “quem somos”, significa também dizer o “que ou quem não somos”, “quem pertence” e “quem não pertence” dentro de uma matriz identitária (HALL, 2006, SILVA, 2007).

A afirmação de “sou homem”, “sou heterossexual” em verdade é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativadas de identidade(s) e diferença(s), por trás dessa afirmação deve-se ler: “não sou mulher”, “não sou *gay*”, “não sou bissexual”, “não sou transexual” (SILVA, 2007, HALL, 2007, 2006).

Assim ao enfatizamos a enculturação de uma identidade dentro da diversidade sexual, essas relações de diferenças giram sempre em torno de oposições binárias, como o ser heterossexual/homossexual, masculino/feminino, macho/fêmea e, portanto, questionar a(s) identidade(s) e a(s) diferença(s) como formas de poder significa problematizar a dicotomia em torno das quais elas se estruturam (HALL, 2007, SILVA, 2007).

Para respaldar tais afirmações buscamos apoio na teoria dos Estudos Culturais proposta por Stuart Hall (2007) e Tomaz Tadeu da Silva (2007), que estabelecem a produção das identidades e as diferenças por elas herdadas. No caso em tela nos atemos às diferenças produzidas pela dicotomia entre o ser heterossexual/homossexual no contexto da diversidade sexual. Como recorte de um estudo mais amplo apresentamos fragmentos de uma dissertação produzida para a obtenção do título de mestre, com a proposta de estabelecer a cultura das diferenças que recaem sobre pessoas LGBTQIA³ através de um

³ Na história do Movimento Gay já se utilizou o termo “gays e lésbicas” para agrupar diversas minorias sexuais e, mais recentemente, a sigla LGBT, para incluir os bissexuais e transgêneros, a nova vanguarda quer uma abreviação abrangente [...]. Parte da solução é acrescentar letras à sigla, e a bandeira dos direitos pós-pós-pós-gays tem ficado mais longa ou frouxa, para alguns. A sigla que tem se empregado na história recente do movimento é LGBTQIA. A mesma letra pode designar diferentes coisas. Na sequência podemos encontrar,



breve histórico da teoria da sexualidade e os paradigmas vigentes na luta pelo reconhecimento e direito da livre escolha e manifestação sexual.

A homossexualidade como diferença

Para inferirmos os reflexos da produção das diferenças na atualidade precisamos nos remeter a história do desenvolvimento e compreensão da sexualidade.

Até o início do século XVII as práticas sexuais eram livres, libertas, no entanto as manifestações da sexualidade foram cuidadosamente encerradas a função de reprodução. Aqueles que agiam em desacordo eram considerados anormais, recebiam o *status* e a eles/as impostas as devidas sanções (FOUCAULT, 1993). Nessa época manifestações sexuais como a masturbação e a homossexualidade eram duplamente condenadas e consideradas como desviantes e insanas. Fazia parte dessa categoria à sodomia como sendo um pecado perverso passível de pena de morte (HEKMA, 1985).

Embora por volta da metade do século XVIII tenha havido uma revolução sexual, a homossexualidade não deixou de ter um caráter desviante da personalidade e que deveria ser vigiado e punido (HEKMA, 1985).

Como consequência dessas contenções o início do século XIX trouxe consigo a incorporação da homossexualidade, caracterizada pelo termo homossexualismo, aos manuais médicos/psiquiátricos representando-a como uma doença, exceção, inversão, anormalidade, entre outras denominações (BORTOLINI, 2008).

A busca constante de explicações para esses “desvios” da personalidade foram permeadas por teorias atribuídas a diversas esferas formativas do ser social, tais como: biológicas, psicológica, sociais, “espirituais”, explicadas através de cargas genéticas, hormonais, desvio no

Lésbicas, Bissexuais, Bigêneros, Transexuais, Travestis, Transgêneros, o “Q” pode ser de “questionador” ou de “queer” (bicha), termo que foi pejorativo até sua apropriação por ativistas gays, nos anos 90. “I” é de “intersexos”. E o “A” simboliza tanto “aliado” (simpatizante) como “assexuado” (SCHULMAN, 2013, s/p).



desenvolvimento sexual, instinto congênito ou adquirido, inversão da personalidade, etc. (SOUSA FILHO, 2009a).

Na segunda metade do século XIX a homossexualidade não é mais tratada como “contrária à natureza” a não ser em certos tratados de medicina legal, artigos de códigos penais ou discursos religiosos – permanece até hoje a mesma sempiterna visão de que se trata de uma “tendência sexual” para cuja causa certos fatores devem ter influído, tornando-se matéria de etiologia médica, objeto de arqueologias do “inconsciente” ou, recentemente, assunto de especialistas das áreas da biologia, neuroanatomia, neurociência. Num ou noutro caso, estamos no reino das pretendidas causas (SOUSA FILHO, 2009b, p. 96).

Nas últimas décadas do século XX, finalmente os Códigos Internacionais de Doenças e Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (CID-X e DSM IV) retiraram a homossexualidade de suas classificações e, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aboliu a homossexualidade como doença de todas as suas listas. Além disso, em 2001 o Conselho Federal de Psicologia do Brasil proibiu todos os profissionais da área de realizarem qualquer tratamento que vise uma possível “cura” da homossexualidade, visto que não ela não mais pode ser assinalada como uma doença (BORTOLINI, 2008).

No entanto a descaracterização do homossexualismo não encerrou por si só a discussão sobre a genealogia da homossexualidade explicada por alguns especialistas como “um fato na vida do indivíduo afetado que se tornaria possível explicar por alguma causa específica” (SOUSA FILHO, 2009b, p. 96) e ainda hoje se busca respostas, implicações e termos relativos às manifestações das homossexualidades.

As respostas para tais perguntas são sempre respaldadas em um arsenal de atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas de pessoas, grupos e instituições conservadoras, assim o fenômeno sexual na atualidade carrega em sua essência determinados pressupostos históricos, antropológicos e culturais (FORCANO, 1996). Esse embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão dos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos (BORTOLINI, 2008).



Opção ou Orientação Sexual?

Amparados pelas práticas heteronormativas, consideradas como aquelas calcadas na supervalorização da heterossexualidade em detrimento das outras formas de opção sexual, *pseudos* teóricos classificam qualquer manifestação sexual que não comungue com a matriz heterossexual como sendo práticas atípicas, desviantes e, portanto intoleráveis (ROCHA FILHO, 2010).

A necessidade por classificações e explicações sobre a homossexualidade por especialistas e até mesmo por envolvidos/as nos movimentos sociais têm trazido a luz das discussões termos e conceitos empregados na luta da valorização, cultura e respeito às pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Bigêneros, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersexos, Assexuados e Aliados - LGBTQIA (SCHULMAN, 2013, s/p).

Nesse contexto o emprego do termo orientação sexual para justificar a pergunta heterossexista sobre as causas da homossexualidade, tem sido largamente difundido com o propósito de afirmar politicamente um direito: o direito à liberdade de manifestação da sexualidade (SOUSA FILHO, 2009a).

Tanto pesquisadores/as como os próprios Movimentos LGBTQIA acreditam que seja contraproducente pensar a opção sexual como sendo algo legítimo. E nesse viés há concordância quase unânime de que o termo orientação sexual deva ser empregado para caracterizar as manifestações da sexualidade. É “um equívoco dizer que se trata de uma opção sexual, pois não depende de escolhas conscientes nem pode ser aprendida” (BRASIL, 2011, p.15), tornando a orientação algo quase natural, universal, o que poderá fazer com que se acredite mais uma vez, “que os indivíduos portam algo (“a orientação”) identificável a uma sexualidade fixa, inteligível, coerente, inteira, um conjunto de atributos idêntico a si mesmo, provavelmente também “com uma gênese específica”” (SOUSA FILHO, 2013a, p. 07-08). A defesa das manifestações da sexualidade “em bases essencialistas das homossexualidades traduz uma ânsia por autorização, concessão, aquiescência ou clemência” (JUNQUEIRA, 2012, p. 77).



Assim a orientação sexual passa a ser defendida como uma

atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num *continuum* que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade (BRASIL, 2004, p. 29).

Essa conceituação “não implica avanço ético e político algum, pois advoga pelo reconhecimento do inevitável e não da legitimidade de um direito” (JUNQUEIRA, 2012, p. 77) ao desconsiderar aspectos de que a manifestação da sexualidade humana é “mais do que um instinto imposto organicamente, é um comportamento aprendido por uma necessidade cerebral posta em jogo por diversos fatores” (FORCANO, 1996, p. 17).

Mesmo diante de forte “rejeição do termo “opção/escolha sexual”, em favor de uma noção essencialista de “orientação sexual”” (JUNQUEIRA, 2012, p. 77) há fortes evidências de uma corrente contrária, questionadora que objetiva desestabilizar o emprego indiscriminado do termo opção sexual como único, invariável e verdadeiro.

Como defensores/as dessa concepção é possível citar Alípio de Sousa Filho (2013a, 2013b, 2009a, 2009b), Arianna Sala (2007, 2012) e Rogério Diniz Junqueira (2012) que teorizam que a manifestação da sexualidade é um processo em construção e vivida individualmente, portanto ela é cambiante e pode ocorrer por orientação ou por uma pluralidade de opções, escolhas, eleições, predileções e preferências que coincidem com determinados períodos da vivência do erotismo, da sensualidade e do desejo.

Ao nos conscientizarmos que essa pluralidade nos caracteriza como sociedade e como indivíduos somos impelidos/as a procurar novas formas de configurar um fator de enriquecimento e de desestabilização de sistemas de representações que hierarquizam termos e identidade(s) como naturais e inevitáveis, estigmatizam identidades contrárias e subvertem outros conceitos (JUNQUEIRA, 2007, 2009).



Nesse aspecto ao fazermos uso do vocábulo opção sexual ao invés de orientação sexual

estamos liberados do peso da história e da biologia que fez os/as homossexuais como são, ou seja, diferente(s) e o diálogo se torna mais aberto, pois está se fazendo inferência a uma sexualidade mais fluída e, sobretudo à ideia de que podemos ao longo da vida ter e escolher diferentes parceiros/as e isso não está necessariamente ligado ao nascimento, ou seja, nascer homossexual, crescer homossexual e morrer homossexual ou heterossexual (SALA, 2012, s/p.).

Porém suspeitando da fragilidade de nossos argumentos desconstrucionistas diante de uma corrente majoritária é possível encontrar opiniões que se manifestarão da seguinte forma

a afirmação político-pública que as orientações sexuais são realidades do campo das práticas, escolhas, construções, preferências, e variáveis e coexistentes, tornará possível que homossexuais, travestis e transexuais sejam questionados quanto a poderem escolher uma outra orientação sexual que não aquela que praticam e com a qual se identificam. E não poderiam? Efetivamente podem e são muitos os sujeitos que variam suas práticas/orientações sexuais (SOUSA FILHO, 2009a, p.66-67).

O homem e a mulher enquanto sujeitos de livres escolhas “podem desenvolver um domínio consciente e responsável sobre sua atividade sexual. Mas este poder é simples capacidade. Capacidade disposta a ser desenvolvida em uma direção ou outra” (FORCANO, 1996. p. 18) e isso independe de gênero, mas é totalmente dependente de escolhas.

Afinal de contas, quantos sujeitos reconhecidamente heterossexuais experienciam em determinado ou vários momentos de sua vida relacionamento(s) com pessoas do mesmo gênero sem que necessariamente se reconheçam como bissexuais ou homossexuais, apenas por uma fantasia erótica, um desejo, uma satisfação sexual. Ou mesmo pessoas assumidamente homossexuais optam por manter uma relação heterossexual sem que isso as torne infelizes e que, portanto não deixaria de ser uma escolha (SOUSA FILHO, 2009a, SALA, 2012).



A expressão da homossexualidade não “obedece a reflexos inatos, mas condicionados. Por isso mesmo torna-se uma atividade domesticável, sumamente maleável” (FORCANO, 1996, p. 18), o que deve ser evidenciado é o processo emancipatório que a cerca “essa liberdade inclui a liberdade de expressão dessa escolha, quer dizer, a de torná-la pública e a de não torná-la pública” (FOUCAULT, 2000, p. 16).

Somente valerá a pena continuar utilizando único e exclusivamente o conceito de orientação sexual se, por ele, for introduzida a desestabilização histórica, biologizante e das práticas e manifestações de desejo e prazer na ordem “estável” do sexo aceito. “Pluralidade de preferências, escolhas, eleições, opções, orientações, que, como práticas, tornam-se “desordem”, desestabilização, no que parece ser estabilidade, unidade, homogeneidade” (SOUSA FILHO, 2009a, p.71), considerando que “não são apenas as concepções sobre sexualidade que mudam, mas também a própria sexualidade e o comportamento sexual” (HEKMA, 1985 , p. 259).

CONCLUSÃO

Historicamente as manifestações da sexualidade sempre foram vigiadas e punidas quando descumpriam o seu mandato social. Caracterizada como desvio da personalidade a homossexualidade foi tida por um longo período como subversiva, doentia, inversa, assinalada como homossexualismo nos anais da medicina e psiquiatria.

A sua extinção dos manuais médicos não a desvinculou do caráter biologizante. Assim incontáveis estudos buscam e apontam respostas biopsicossociais para explicar a gênese da homossexualidade. Nesse percurso pesquisadores/as e representantes dos movimentos sociais tem procurado dar novos contornos a discussão.

O uso da expressão orientação sexual emergiu da necessidade de se criar termos que legitimassem a homossexualidade nas lutas pelo reconhecimento e desencadeou uma forte negação ao emprego de uma pluralidade de palavras tais como: preferências, escolhas, eleições, opções,



orientações, pois acreditam que essas referências desordenam e desestabilizam o que parece ser estabilidade, unidade, homogeneidade.

A justificativa dessa rejeição pelas pessoas LGBTQIA se deve ao temor de que pessoas homofóbicas possam usar o argumento de que se há a possibilidade de escolhas, porque não escolhem a heterossexualidade, tida como compulsória, verdadeira e natural.

Ora, onde se justifica a impossibilidade de optarmos com quem vamos nos relacionar sexualmente se a causa da homossexualidade ainda não foi elucidada? Quantos sujeitos reconhecidamente heterossexuais passeiam por experiências com pessoas do mesmo gênero sem que se reconheçam bissexuais ou homossexuais, apenas como uma manifestação do desejo? Ou mesmo pessoas assumidamente homossexuais optam por manter uma relação heterossexual sem se desprender de sua identidade? Não seriam escolhas? Eleições? Preferências? Predileções? Opções?

Sobre isso Forcano (1996) afirma que o desenvolvimento e manutenção da ordem sexual não são dependentes de reflexos inatos, mas sim condicionados, o que por si só a torna flexível, apreendida e vivenciada de acordo com a oportunidade e conveniência.

O principal intuito dessa reflexão fundamenta-se no fato de que muitos discursos de estudiosos/as e defensores/as do Movimento LGBTQIA se prendem ao termo opção, e transformam isso em cenário principal do reconhecimento da homossexualidade como uma conquista política, ou despatologização do termo, mas não se aprofundam na discussão emancipatória das pessoas L G, B, T, Q, I e A e no exercício de se relacionar com quem lhe aprouver (SOUSA FILHO, 2009a).

Nesse sentido é plenamente cabível o uso dos termos, opções, preferências, escolhas, predileções, eleições, pois, deve-se admitir que diante do violento trabalho de colonização da sociedade para que todos sejam heterossexuais, a pessoa LGBTQIA “afirmar que sua orientação sexual é uma tomada de posição, uma escolha, uma opção identitária ou políticas é ação mais do que apropriada à finalidade política a que se destina”, é a mais perfeita manifestação do direito a livre escolha (SOUSA FILHO, 2013a, p. 10-11).



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Adolescentes e jovens para uma educação entre pares: diversidades sexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, v. 8, 2011a.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2013.
- BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola**. 1ª edição – Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.
- FORCANO, Benjamin. Libertar a sexualidade. In: FORCANO, Benjamin. **Nova ética Sexual**. São Paulo: Musa, 1996. p. 05-66.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Entrevista a James O'Higgins (1982). In: BARRETO, Jorge Lima; CUPERTINO, Maria Cristina Guimarães (trad.). **Um diálogo sobre os prazeres do sexo**. Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum. São Paulo: Landy, 2000, p. 11-45.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/12906751/HALL-Stuart-a-Identidade-Cultural-Na-PosModernidade>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2013.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais**. 7ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 103-133.
- HEKMA, Gert. Uma história da sexologia: aspectos sociais e históricos da sexualidade. In: **De Safo a Sade**. Momentos na História da Sexualidade. Jam Bremmer (Org.). Tradução: Cid Knipel Moreira. Campinas- SP: Papyrus, 1985.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas, 3., 2007, Rio Grande do. **Anais...** Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007



JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Aqui não temos gays nem lésbicas": estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Bagoas**. n. 04, p.171-190, 2009. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art09_junqueira.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line PUC**, Rio de Janeiro, nº 10, p. 64-83, 2012. Disponível em <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/20040/20040.PDFXXvmi=cANddHiGT9GDDkgtzMICe7Z6QArTwxKUIX83gOWqvB5RRzqFV3U331TEsOcNmWIIVRMdhKEdlK5ejwTfBOjEPejj3v7ptP9plVDpGiD33JhngbER1XvRcQbgmjGQaPhSLVsfWvjGOHW0mO2ITxc5OzpvqAlls8EMCUJ8epXVmZjb1FwUeK14jqAL1Wtu59hH41QiqPfOOA1PzfLjtjMxDe9og6TLc44U96LsxBJmpjngzW24gPDU5MkISf86jc>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2013.

ROCHA FILHO, João Silva. O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica. **Fazendo Gênero**. Diásporas, Diversidade, Deslocamentos. ago. 2010. p.1-9.

SALA, Arianna. **Construcciones identitarias en el contexto histórico-cultural: identidades lésbicas, histórias de vida y discursos sociales**. 2007. 309 f. Tese (Doutorado). Universidad de Sevilla, Sevilla, 2007. Disponível em <http://fondosdigitales.us.es/media/thesis/1206/Y_TD_PS-312.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

SALA, Arianna. Opção x Orientação Sexual. **Canal SAP**. 2012. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=nV2Vjn9Pf3I&playnext=1&list=PLiX7GB_A3TPhYTpQ7gLmCh5vcAdce3_V2&feature=results_video>. Acesso em 16 de janeiro de 2013.

SCHULMAN, Michael. Assexuados, bichas & cia: a nova geração gay nas universidades dos EUA. Tradução: Clara Alain. Texto originalmente publicado no jornal "The New York Times". **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 de fev. de 2013. Seção Comportamento, s/p. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/94158-assexuados-bichas-amp-cia.shtml>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais**. 7ª. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 73-102.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas**, n. 04, 2009a, p. 59-77.



SOUSA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação: Secad/MEC. Brasília, 2009b, p. 95-124.

SOUSA FILHO, Alípio de. **A resposta gay**. 2013a. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/A%20RESPOSTA%20GAY.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2013.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Orientação sexual**: construção política do desejo, ou crítica da substancialização. 2013b. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Orientacao%20sexual%20-%20a%20construcao%20politica%20do%20desejo.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2013.